



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

ENERGISA ACRE – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 04.065.033/0001-70

RESULTADOS 2025

Rio Branco, 12 de março de 2026 – A Administração da Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Acre” ou “EAC” ou “Companhia”) apresenta resultados do quarto trimestre (4T25) e do exercício de 2025. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:



309 mil
clientes cativos



152
clientes livres



884 mil de
habitantes



164.173
Km²



1.049
Colaboradores (*)
659 próprios e
390 terceirizados



22
Municípios

(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Indicadores Financeiros – R\$ milhões						
Receita operacional líquida	246,0	442,6	-44,4	1.034,3	1.456,6	-29,0
Receita operacional líquida ajustada (1)	262,1	247,7	+5,8	960,7	892,3	+7,7
Margem bruta ajustada (2)	88,0	112,6	-21,9	425,8	450,2	-5,4
EBITDA ajustado recorrente (3)	100,1	67,4	+48,4	295,7	243,8	+21,3
Resultado financeiro	(12,8)	(0,6)	+2.112,8	(88,5)	(54,2)	+63,2
Lucro líquido ajustado recorrente (4)	49,0	13,9	+253,6	78,5	67,1	+17,0
Indicadores Operacionais Consolidados						
Número de consumidores cativos (mil)	309.789	299.033	+3,6	309.789	299.033	+3,6
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) (5)	309,2	311,0	-0,6	1.167,7	1.194,9	-2,3
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) (5)	346,3	343,9	+0,7	1.306,5	1.305,2	+0,1
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado recorrente / Receita líquida ajustada (%)	16,9	26,2	-9,3 p.p.	25,0	27,0	-2,1 p.p.
Indicadores financeiros - R\$ milhões						
	31/12/2025			31/12/2024		
Ativo total	2.974,8			2.934,1		+1,4
Caixa/equivalentes de caixa/aplicações financeiras	409,3			106,6		+284,1
Patrimônio líquido	1.594,6			1.562,4		+2,1
Endividamento líquido	701,1			782,9		-10,5

(1) Receita líquida ajustada: expurgando os efeitos do VNR e da receita de construção da infraestrutura. | (2) Margem bruta ajustada expurgando os efeitos do VNR e da receita de construção da infraestrutura. | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3. RECEITA OPERACIONAL

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita líquida por classe de consumo						
Valores em R\$ milhões						
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	274,7	300,3	-8,5	1.041,7	1.134,2	-8,2
(+) Suprimento de energia elétrica	6,5	14,3	-54,5	46,3	36,2	+27,6
(+) Fornecimento não faturado líquido	1,7	3,4	-49,8	(4,4)	8,6	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	14,5	15,7	-7,4	60,9	58,0	+5,1
(+) Receita de construção de infraestrutura	(17,4)	192,4	-	64,2	556,9	-88,5
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	40,7	(14,6)	-	104,5	(9,5)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	28,1	17,8	+57,8	91,5	60,4	+51,4
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	1,3	2,5	-46,4	9,3	7,4	+26,3
(+) Outras receitas	0,7	1,9	-61,4	2,9	(0,4)	-
(=) Receita bruta	350,9	533,5	-34,2	1.417,0	1.851,9	-23,5
(-) Impostos sobre vendas	(78,9)	(79,6)	-0,9	(293,4)	(300,8)	-2,5
(-) Encargos setoriais	(26,0)	(11,3)	+129,4	(89,3)	(94,5)	-5,6
(=) Receita líquida combinada	246,0	442,6	-44,4	1.034,3	1.456,6	-29,0
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(1,3)	(2,5)	-46,4	(9,3)	(7,4)	+26,3
(-) Receita de construção de infraestrutura	17,4	(192,4)	-	(64,2)	(556,9)	-88,5
(=) Receita operacional líquida ajustada	262,1	247,7	+5,8	960,7	892,3	+7,7
(-) Custos e despesas não controláveis	(174,1)	(135,1)	+28,9	(534,9)	(442,2)	+21,0
(-) Energia elétrica comprada para revenda	(137,5)	(105,8)	+29,9	(390,0)	(380,2)	+2,6
(-) Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(36,6)	(29,3)	+24,9	(144,9)	(61,9)	+134,1
(=) Margem bruta ajustada	88,0	112,6	-21,9	425,8	450,2	-5,4
(+) Provisão de efeitos de GD	-	2,5	-	-	2,5	-
Margem bruta ajustada e recorrente	88,0	115,1	-23,6	425,8	452,7	-5,9

3.1 Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 346 GWh, crescendo 0,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Entre os 3 meses, em 2 houve alta do consumo, em meio ao calendário de faturamento maior, aumento de consumidores e bom desempenho da indústria, principalmente de alimentos (frigoríficos em destaque).

Entre as classes de consumo, a residencial, que é a mais representativa, com 53% de participação, teve alta de 2,4% motivada pelos fatores já mencionados. O industrial também teve aumento de consumo, com destaque para a indústria de alimentos, com expansão de demanda e novas cargas. Por sua vez, as demais classes apresentaram recuo no consumo, principalmente a iluminação pública, em meio a programas de eficiência energética e recontagem de lâmpadas, e da classe comercial (-1,2%). No tocante aos tipos de mercado, vale destacar o aumento de consumo dos clientes livres, impulsionada por migrações e expansões, sobretudo em clientes industriais e comerciais. No mercado cativo, os clientes que possuem mini e micro geração distribuída tipo I e II também se destacaram, com alta significativa de consumo devido a novos entrantes e os fatores já mencionados - destacando o efeito da compensada dos clientes GD tipo II e III, o mercado teria recuado 3,4%.

No acumulado de 2025, o mercado avançou 0,1%, com as classes residencial e industrial direcionando.

A composição do mercado no trimestre foi a seguinte:

Descrição	Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
		4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Residencial	183,8	179,6	+2,4	689,8	677,2	+1,9	
Comercial	52,0	55,6	-6,5	200,9	216,3	-7,1	
Industrial	4,8	5,4	-11,9	19,3	22,5	-14,3	
Rural	10,4	10,9	-4,7	41,3	44,4	-7,0	
Outros	58,3	59,5	-2,1	216,5	234,6	-7,7	
1 Mercado Cativo	309,2	311,0	-0,6	1.167,7	1.194,9	-2,3	
Residencial	-	-	-	-	-	-	
Comercial	22,6	19,9	+13,6	82,5	71,3	+15,6	
Industrial	9,5	7,8	+21,7	36,1	29,8	+21,3	
Rural	0,2	0,2	+11,4	0,7	0,7	+4,7	
Outros	4,7	5,0	-5,9	19,4	8,5	+128,8	
2 Mercado (TUSD)	37,0	32,9	+12,6	138,8	110,3	+25,8	
Residencial	183,8	179,6	+2,4	689,8	677,2	+1,9	
Comercial	74,6	75,5	-1,2	283,3	287,6	-1,5	
Industrial	14,3	13,2	+7,9	55,4	52,3	+6,0	
Rural	10,6	11,1	-4,4	42,0	45,1	-6,8	
Outros	62,9	64,5	-2,4	235,9	243,0	-2,9	
3 Mercado (1+2)	346,3	343,9	+0,7	1.306,5	1.305,2	+0,1	
3.1 Compensada GD II/III	23,6	10,0	+135,9	71,1	24,9	+185,0	
3.2 Mercado - Compensada GD II/III (3-3.1)	322,6	333,9	-3,4	1.235,4	1.280,3	-3,5	
4 Fornecimento Não Faturado	(1,0)	2,2	-	(3,0)	(9)	+234,8	
5 Mercado + Fornecimento Não Faturado (3+4)	345,2	346,1	-0,3	1.303,5	1.304,4	-0,1	
5.1 Mercado - Compensada GD II/III + fornecimento não faturado (3.2+4)	321,6	336,1	-4,3	1.232,4	1.279,4	-3,7	

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou esse trimestre com 309.789 unidades consumidoras cativas, número 3,6% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 152 consumidores livres, apresentando um crescimento de 46,2%.

Informações adicionais estão disponíveis no Boletim de Mercado (clique aqui) ou no site de Relações com Investidores: <https://ri.energisa.com.br/>

3.2 Perdas de energia elétrica (“perdas”)

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses									
Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			
dez/24	set/25	dez/25	dez/24	set/25	dez/25	dez/24	set/25	dez/25	ANEEL
9,36	9,19	9,28	5,18	5,10	5,17	14,54	14,29	14,45	16,44

3.3 Gestão da inadimplência

3.3.1 Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

dez/25	Em 12 meses (%)		Variação em p.p.
	dez/24	dez/25	
1,95	3,07	-	-1,1

3.3.2 Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre o faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

dez/25	Em 12 meses (%)		Variação em p.p.
	dez/24	dez/25	
96,38	96,13	-	+0,26

3.4 Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

Abaixo, os resultados de DEC e FEC no trimestre:

dez/25	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	dez/24	Var. (%)	dez/25	dez/24	Var. (%)			
23,58	23,35	+1,0	8,47	8,35	+1,4	41,09	29,71	

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

A ANEEL, por meio do ofício nº44/2022 em 3 de novembro de 2022, definiu que as empresas de distribuição de energia elétrica devem alcançar um mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC entre 2023 e 2026. Para isso, estabeleceu metas anuais para cada concessionária, aumentando gradualmente o percentual mínimo aceitável. A Companhia já está cumprindo os percentuais previstos pelo regulador.

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Valores em R\$ milhões						
1 Custos e despesas não controláveis	174,1	135,1	+28,9	534,9	442,2	+21,0
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	137,5	105,8	+29,9	390,0	380,2	+2,6
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	36,6	29,3	+24,9	144,9	61,9	+134,1
2 Custos e despesas controláveis	36,8	42,1	-12,7	164,5	193,9	-15,2
2.1 PMSO	34,5	38,7	-10,8	140,4	155,1	-9,4
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	19,8	19,5	+1,5	81,8	74,1	+10,3
2.1.2 Material	6,2	4,1	+50,2	17,8	14,3	+24,1
2.1.3 Serviços de terceiros	40,3	26,7	+50,9	128,4	93,7	+37,1
2.1.4 Outras	(31,8)	(11,7)	+171,8	(87,6)	(27,1)	+223,4
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,0	0,0	-35,1	0,1	0,0	+195,1
✓ Outros	(31,9)	(11,7)	+171,4	(87,7)	(27,1)	+223,4
2.2 Provisões/Reversões	2,3	3,5	-33,3	24,1	38,9	-38,0
2.2.1 Contingências	1,3	(0,4)	-	2,5	2,2	+13,9
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	1,0	3,9	-75,0	21,5	36,6	-41,2
3 Demais receitas/despesas	36,1	30,9	+16,8	139,7	100,4	+39,1
3.1 Amortização e depreciação	29,2	25,4	+15,1	118,2	85,5	+38,3
3.2 Outras receitas/despesas	6,9	5,5	+24,7	21,5	14,9	+43,6
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	247,0	208,1	+18,7	839,1	736,5	+13,9
Custo de construção de infraestrutura (1)	(17,4)	192,4	-	64,2	556,9	-88,5
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	229,6	400,5	-42,7	903,3	1.293,4	-30,2

(1) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela CPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

5. LUCRO LÍQUIDO E EBITDA

Segue a composição do lucro líquido considerando os efeitos do VNR:

Descrição	Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		

>>>



ENERGISA ACRE – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 04.065.033/0001-70

8. ASPECTO SOCIOAMBIENTAL

8.1 Gestão de pessoas, Saúde e Segurança

Com mais de 1.000 colaboradores (entre próprios e prestadores de serviço) e mais de 300 mil clientes, a Energisa Acre se destaca pelo avanço consistente no fortalecimento de sua estratégia de gestão de pessoas, consolidando iniciativas voltadas ao desenvolvimento profissional, à atração e retenção de talentos, à diversidade e inclusão e à promoção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis.

Essas ações refletem o compromisso da Companhia com a valorização do capital humano como elemento central para a sustentabilidade do negócio e para a geração de valor de longo prazo.

Principais ações:

- **Desenvolvimento de talentos e liderança:** Desenvolvimento contínuo das competências de liderança, com foco em decisões ágeis e estratégicas, além de uma cultura de confiança e inovação;
- **Atração e formação de novos talentos:** Foco no desenvolvimento, com ênfase na formação de mão de obra local;
- **Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI):** Promoção de um ambiente mais inclusivo e equitativo;
- **Compromisso com o futuro:** A Energisa se compromete com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais seguro, inclusivo e orientado ao desenvolvimento contínuo das pessoas;
- **Saúde, segurança e bem-estar:** A segurança é um valor inegociável para o Grupo Energisa e orienta a condução das operações e a gestão de pessoas.

A segurança é tratada como prioridade estratégica, com atuação estruturada na capacitação de lideranças e equipes, na realização sistemática de inspeções de campo e no uso de ferramentas digitais para registro, acompanhamento de desvios e gestão de planos de ação. A análise de acidentes, auditorias, indicadores e benchmarks gera aprendizados contínuos que subsidiam a tomada de decisão. Esses insumos orientam a consolidação de um roadmap baseado em tecnologia e prevenção, além de soluções para monitoramento e redução de riscos, fortalecendo a governança e a melhoria contínua em toda a cadeia operacional.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores:

Colaboradores	2024				2025			
	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres
Liderança	11,0	46,0	57,0	19,30%	15,0	39,0	54,0	27,78%
Não Liderança	86,0	531,0	617,0	13,94%	87,0	524,0	611,0	14,24%
Total	97,0	577,0	+674,0	14,39%	102,0	563,0	+665,0	15,34%

A tabela a seguir compara a quantidade de executivos na Companhia entre os anos de 2024 e 2025, segregada por gênero:

Colaboradores	2024				2025			
	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres
Diretoria Estatutária	1,0	6,0	7,0	14,29%	1,0	6,0	7,0	14,29%
Conselho de Administração	-	3,0	3,0	-	-	3,0	3,0	-
Total	1,0	9,0	10,0	10,00%	1,0	9,0	10,0	10,00%

A tabela a seguir, apresenta a média salarial dos colaboradores da Companhia, segmentada por gênero:

Remuneração Anual (Média RS) ¹	2024		2025	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Liderança	130.581,0	176.725,7	188.764,5	236.940,9
Não Liderança	51.009,4	34.272,2	58.319,9	40.020,6

¹ Remuneração média anual (RS) fixa e variável

A Energisa segue com o compromisso de criar uma força de trabalho resiliente e ágil, garantindo a competitividade e o sucesso a longo prazo, com a visão de um futuro em que pessoas e tecnologia caminham juntas para garantir excelência, segurança e sustentabilidade.

8.2 Responsabilidade socioambiental

A Energisa mantém atuação estruturada em iniciativas socioambientais e ambientais, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável nas regiões onde opera. Essa atuação está inserida na Estratégia de Sustentabilidade da Companhia, desenhada em 2022, que reflete uma trajetória centenária construída de forma orgânica e organizada em três causas prioritárias — Ação pelo Clima, Transformação Energética e Mobilidade Social. A estratégia é desdobrada em cinco objetivos e nove compromissos públicos, por meio dos quais a Companhia também contribui de forma ativa para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas.

No âmbito social e cultural, a Energisa apoia projetos voltados à valorização das identidades regionais, à preservação da memória local e ao fortalecimento da economia criativa, alinhando seus investimentos à agenda ASG e à promoção da diversidade cultural.

Em 2025, a Energisa Acre destinou aproximadamente R\$ 1,0 milhão a iniciativas de impacto socioambiental, abrangendo programas nas áreas de educação, cultura e esporte. Esses investimentos contribuem para o fortalecimento do capital social nas comunidades atendidas, ampliando a inclusão, estimulando práticas sustentáveis e consolidando a atuação responsável da Companhia em suas áreas de concessão, em linha com seus compromissos públicos de longo prazo.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2025

1 - Base de Cálculo	2025			2024		
	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Receita líquida (RL)				1.034.292		1.456.597
Resultado operacional (RO)				42.472		108.999
Folha de pagamento bruta (FPB)				73.853		69.855
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	13.487	18,26%	1,30%	13.442	19,24%	0,92%
Encargos sociais compulsórios	10.673	14,45%	1,03%	10.524	15,07%	0,72%
Previdência privada	1.904	2,58%	0,18%	1.652	2,37%	0,11%
Saúde	5.390	7,30%	0,52%	5.379	7,30%	0,37%
Segurança e saúde no trabalho	5.100	6,91%	0,49%	5.158	7,38%	0,35%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.013	1,37%	0,10%	395	0,57%	0,03%
Creches ou auxílio-creche	508	0,69%	0,05%	508	0,73%	0,03%
Participação nos lucros ou resultados	9.721	13,16%	0,94%	8.444	12,09%	0,58%
Outros	1.880	2,55%	0,18%	2.478	3,55%	0,17%
Total - Indicadores sociais internos	49.676	67,27%	4,79%	47.981	68,69%	3,29%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	499	1,17%	0,05%	570	0,52%	0,04%
Cultura	278	0,65%	0,03%	650	0,60%	0,04%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	30	0,07%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	273	0,64%	0,03%	103	0,09%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	1.080	2,53%	0,11%	1.323	1,21%	0,09%
Tributos (excluídos encargos sociais)	346.232	815,20%	33,48%	208.208	191,02%	14,29%
Total - Indicadores sociais externos	347.312	817,73%	33,59%	209.531	192,23%	14,38%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	70.815	166,73%	6,85%	33.099	30,37%	2,27%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.817	4,28%	0,18%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	72.632	171,01%	7,03%	33.099	30,37%	2,27%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2025	2024				
Nº de empregados(as) ao final do período	659	668				
Nº de admissões durante o período	124	136				
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.423	1.805				
Nº de estagiários(as)	21	26				
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	60	35				
Nº de mulheres que trabalham na empresa	101	96				
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	28,85%	20,00%				
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	516	525				

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025

	Nota	2025		2024	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	5.1	31.629	23.160		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	377.710	83.407		
Consumidores e concessionárias	6	132.522	150.233		
Estoques		8.703	7.998		
Tributos a recuperar	7	63.350	93.484		
Outros créditos	10	83.683	114.840		
Total do circulante		697.597	473.122		
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Consumidores e concessionárias	6	49.712	47.253		
Créditos tributários	12	241.216	227.532		
Tributos a recuperar	7	74.787	107.482		
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	31	-	56.280		
Cauções e depósitos vinculados	23.1	5.431	11.139		
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	262.623	190.290		
Outros créditos	10	31	55.844		
		633.800	695.820		
Imobilizado	15	25.464	24.349		
Intangível	16	1.434.002	1.363.202		
Ativo de contrato - infraestrutura em construção	14	183.905	377.567		
Total do não circulante		2.277.171	2.460.938		
Total do ativo		2.974.768	2.934.060		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

Eficiência energética

O Grupo Energisa mantém compromisso permanente com eficiência energética e sustentabilidade, integrando essas frentes à sua estratégia operacional e regulatória. Em 2025, a Energisa Acre destinou R\$ 2,7 milhões ao Programa de Eficiência Energética (PEE), regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), reforçando sua atuação na racionalização do consumo e na promoção de soluções energeticamente mais eficientes em sua área de concessão.

Entre as iniciativas desenvolvidas, destaca-se o projeto Nossa Energia, voltado à educação para o consumo consciente e à substituição de equipamentos ineficientes em comunidades atendidas pela Companhia. No período, foram substituídas aproximadamente 9 mil lâmpadas por modelos LED e 565 geladeiras, contribuindo para a redução do consumo de energia e para o alívio do orçamento das famílias beneficiadas.

Ainda em 2025, foram concluídos relevantes projetos de eficiência energética, com destaque para a instalação de sistema fotovoltaico no Hospital do Amor e melhorias de iluminação, climatização e geração solar em unidades do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Acre, Polícia Federal, UPA do 2º Distrito e Secretaria de Turismo e Empreendedorismo, além do avanço de novas iniciativas na Maternidade Bárbara Heliodora e no Tribunal Regional Eleitoral do Acre. A empresa também participou da Olimpíada Nacional de Eficiência Energética, mobilizando escolas no estado, alcançando cerca de 980 alunos e 55 docentes, com 66 estudantes medalhistas e participação da vencedora acreana na cerimônia de encerramento na sede da ANEEL, em Brasília.

As iniciativas implementadas no âmbito do PEE geram benefícios socioambientais mensuráveis, ao promover o uso eficiente da energia, reduzir desperdícios e contribuir para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa, em linha com os compromissos de sustentabilidade da Companhia e com a criação de valor de longo prazo.

Iniciativas socioambientais

No âmbito socioambiental, o Grupo Energisa desenvolve iniciativas alinhadas à agenda ASG, com foco na valorização da diversidade cultural e no fortalecimento das economias locais nas regiões onde atua. A Companhia apoia manifestações culturais autênticas, incentiva a preservação da memória e fomenta a economia criativa, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, inclusive em biomas sensíveis e territórios de maior vulnerabilidade socioambiental.

A implementação dessas iniciativas ocorre por meio de suas organizações sociais, com destaque para o Instituto Energisa, que atua como braço estruturado de investimento social privado do Grupo. O Instituto tem como propósito potencializar o desenvolvimento dos territórios por meio de projetos educacionais, culturais, sociais e esportivos, promovendo impacto positivo e geração de valor compartilhado.

No segmento cultural, o Instituto Energisa promove ações voltadas ao estímulo das expressões artísticas locais, por meio de programação multilinguagem e inclusiva, fortalecendo cadeias produtivas da cultura e ampliando o acesso da população a bens e serviços culturais.

Complementarmente, o Programa Energisa Cultural, lançado em 2022, apoia projetos culturais em diferentes estados do país, por meio de mecanismos de incentivo fiscal. O Programa opera com fluxo contínuo de inscrição e compõe o portfólio estruturado de investimentos culturais do Grupo, em linha com sua estratégia de sustentabilidade e compromisso de longo prazo com o desenvolvimento regional.

Sustentabilidade na cadeia de fornecedores

Em 2025, a Energisa concentrou seus esforços em sustentabilidade na gestão da cadeia de fornecedores, reforçando o compromisso com as práticas ambientais, sociais e de governança (ASG) e reconhecendo a responsabilidade compartilhada quanto à adoção de padrões sustentáveis por seus parceiros.

Nesse contexto, teve continuidade o Programa Sinergia, voltado ao desenvolvimento dos fornecedores do Grupo Energisa. A iniciativa contempla avaliações de gestão e a disseminação de práticas e referenciais reconhecidos internacionalmente, com o objetivo de aprimorar os padrões de materiais e serviços contratados. Além de contribuir para a mitigação de riscos na cadeia de suprimentos, o programa estimula a evolução contínua dos processos e da governança dos parceiros.

A Companhia mantém monitoramento sistemático de seus fornecedores, incentivando a adoção de melhorias estruturais em seus processos produtivos, em conformidade com os princípios ASG, a Política de Sustentabilidade e o Código de Ética do Grupo Energisa, priorizando relações comerciais com parceiros alinhados às melhores práticas de mercado.

Adicionalmente, o material orientativo utilizado nas avaliações e no Programa de Desenvolvimento Assistido foi revisado ao longo do período, assegurando maior aderência às diretrizes e recomendações ASG.

9. EVENTOS SUBSEQUENTES

9.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a ser aplicada para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2026, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

9.2 Emissão de Debêntures

Em 20 de fevereiro de 2026 a Companhia, efetuou a 7ª emissão de debêntures, em série única, o montante de R\$ 220.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2045 e remuneração de IPCA mais 7,50% ao ano. Os recursos foram destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica de titularidade da Emissora.

9.3 Dividendos do exercício de 2025

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de março de 2026, aprovou a distribuição O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos a conta do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$26.370.828,68 (reais), equivalentes a R\$ 0,02 (reais) por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 13 de março de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 12 de março de 2026, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

Administração.

(Em milhares de reais)

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2025		2024						
	2025	2024	2025	2024					
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	51,90%	58,18%							
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	26	17							
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	26	17	Metas 2026						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	45,9	45,9							
Número total de acidentes de trabalho	1	1							
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa			
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT			
A previdência privada contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)			
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as)			
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos			
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará			
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 100,558	no Procon 677	na Justiça 848	na empresa 100,558	no Procon -	na Justiça 825			
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 105,70%	na Procon 98,52%	na Justiça 34%	na empresa 98,70%	na Procon %	na Justiça 38%			
Valor adicionado total a distribuir (em mil RS):	Em 2025:	605.819	Em 2024:	660.938					
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	59% governo	11% colaboradores(as)	4%acionistas	24% terceiros	2% retido	62% governo	9% colaboradores(as)	18% terceiros	12% retido
7 - Outras Informações	2025	2024							
7) Investimentos sociais									
7.1 - Programa Luz para Todos	-	-							
7.1.1 - Investimento da União	6.600	200.855							
7.1.2 - Investimento do Estado									

>>>


ENERGISA ACRE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
 CNPJ nº 04.065.033/0001-70

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025			
	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	26	1.034.292	1.456.597
Custo do serviço de energia elétrica	27	(534.910)	(442.155)
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	27	(272.260)	(753.068)
Lucro bruto		227.122	261.374
Despesas gerais e administrativas	27	(74.669)	(83.196)
Outras Receitas	28	6.884	2.939
Outras despesas	28	(28.349)	(17.883)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		130.988	163.234
Receitas financeiras	29	50.199	46.359
Despesas financeiras	29	(138.715)	(100.594)
Despesas financeiras líquidas		(88.516)	(54.235)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		42.472	108.999
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(17.664)	5.617
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	13.555	(36.665)
Lucro líquido do exercício		38.363	77.951
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,03	0,10

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025			
	Nota	2025	2024
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	26	1.352.730	1.295.035
Outras receitas	28	6.884	2.939
Receitas relativas a construção de ativos próprios	26 e 29	68.615	571.036
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	27	(21.522)	(36.614)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida e encargo de uso do sistema		(580.621)	(476.381)
Materiais e serviços de terceiros		(150.662)	(110.408)
Outros custos operacionais		(4.051)	(547.812)
		(735.334)	(1.134.601)
Valor adicionado bruto		671.373	697.795
Amortização e depreciação	27	(118.201)	(85.479)
Valor adicionado líquido		553.172	612.316
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	29	52.647	48.622
Valor adicionado total a distribuir		605.819	660.938
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		40.369	34.572
Benefícios		21.262	20.692
FGTS		4.994	4.253
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		169.076	207.466
Tributos		79.819	112.947
Encargos setoriais		89.257	94.519
Estaduais		187.477	200.129
Municipais		352	365
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	29	143.095	114.762
Aluguéis		831	748
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos		26.371	-
Lucros retidos do exercício		11.992	77.951
		605.819	660.938

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025			
	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		30	38.363
Outros resultados abrangentes	25.3	135	18
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		38.498	77.969

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025			
	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	30	38.363	77.951
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	4.109	31.048
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		87.878	70.033
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	(9.343)	(7.396)
Amortização e depreciação	27	118.201	85.479
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	27	21.522	36.614
Reversão para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental	23.1	2.547	445
Marcação a mercado da dívida	29	12.909	(19.087)
Marcação a mercado de derivativos	29	(13.503)	19.649
Instrumentos financeiros derivativos	29	12.907	(2.331)
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	28	15.155	15.160
Programa de remuneração variável - ILP	11	231	55
Redução (aumento) dos ativos			
Consumidores e concessionárias		(7.789)	(16.984)
Estoques		(705)	3.541
Tributos a recuperar		76.120	3.193
Cauções e depósitos vinculados		963	(1.103)
Outros créditos		62.282	(44.886)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(26.734)	15.608
Impostos e contribuições sociais		(28.817)	41.362
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.995)	(5.975)
Obrigações estimadas		321	7
Encargos setoriais		5.073	184
Ativos e passivos setoriais	9	(5.266)	27.773
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	23	(3.616)	(5.078)
Outras contas a pagar		(9.493)	(3.087)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		342.320	322.175
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(269.961)	(50.552)
Aplicações no ativo contratual - Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	14,15 e 16	(80.491)	(574.333)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	14,15 e 16	8.055	10.780
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimentos		(342.397)	(614.105)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	18 e 19	62.500	311.902
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	18 e 19	(14.860)	(400.730)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	18 e 19	(78.744)	(174.045)
Recebimento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos		40.185	(6.746)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		(535)	(691)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	561.030
Pagamento de dividendos		-	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		8.546	290.720
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		8.469	(1.210)
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	5.1	23.160	24.370
Caixa e equivalentes de caixa finais	5.1	31.629	23.160
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		8.469	(1.210)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025										
Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total	
	Capital Social	Outras reservas	ILP	Legal	Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)					
Saldos em 01 de janeiro de 2024		868.409	401.142	1.454	-	-	(642.492)	(343)	295.200	923.370
Aumento de capital conforme AGOE 24/04/2024	25.1	2.952	292.248	-	-	-	-	-	(295.200)	-
Aumento de capital conforme AGE 16/12/2024	25.1	5.610	555.420	-	-	-	-	-	(561.030)	-
Programa de remuneração variável (ILP)	25.2	-	-	55	-	-	-	-	-	55
Lucro líquido do exercício	30	-	-	-	-	77.951	-	-	-	77.951
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	-	-	-	-	-	561.030	-	561.030
Outros resultados abrangentes, líquido de tributos		-	-	-	-	-	18	-	-	18
Saldos em 31 de dezembro de 2024		876.971	1.248.810	1.509	-	(564.541)	(325)	-	-	1.562.424
Absorção de prejuízo com reserva de capital conf. AGOE de 24/04/2025	25.2	-	(564.541)	-	-	564.541	-	-	-	-
Aumento de capital conforme AGOE 24/04/2025	25.1	1.428	(1.428)	-	-	-	-	-	-	-
Programa de remuneração variável (ILP)	25.2	-	-	231	-	-	-	-	-	231
Lucro líquido do exercício	30	-	-	-	-	38.363	-	-	-	38.363
Proposta de destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	25.3	-	-	-	1.918	-	(1.918)	-	-	-
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/reinvestimento)	25.4	-	-	-	-	10.074	(10.074)	-	-	-
Dividendos	25.5	-	-	-	-	-	(6.593)	-	-	(6.593)
Dividendos adicionais propostos	25.5	-	-	-	-	19.778	(19.778)	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquido de tributos	25.6	-	-	-	-	-	-	135	-	135
Saldos em 31 de dezembro de 2025		878.399	682.841	1.740	1.918	10.074	19.778	(190)	-	1.594.560

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia" ou "EAC"), é uma sociedade por ações de capital fechado. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Energisa S/A, e possui sede na cidade de Rio Branco, estado do Acre. Sua área de concessão abrange os 22 municípios no Estado do Acre, atendendo a 310.124 consumidores. **1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica:** Em 7 de dezembro de 2018, foi assinado o contrato de concessão nº 003/2018 com vencimento em 6 de dezembro de 2048. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2048, o direito de imobilização a receber registrado pela Companhia como ativo financeiro indenizável da concessão até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível para ser amortizado ao longo da vida útil limitado ao novo prazo de concessão. O contrato de concessão mencionado contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço ao final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço. As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são: I. Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica; II. Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; III. Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador; IV. Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores; V. Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; VI. Cumprir metas de universalização do serviço de distribuição de energia elétrica, conforme regulamentação da ANEEL; VII. As revisões tarifárias ordinárias obedecerão ao seguinte cronograma: a primeira revisão foi realizada em 12/12/2023 e as subsequentes serão realizadas a cada 5 (cinco) anos a partir desta data; VIII. A Companhia deverá quitar os empréstimos junto ao Fundo da RGR previstos pela Portaria MME nº 388, de 26 de julho de 2016, nº 442, de 23 de agosto de 2016 e nº 122, de 4 de abril de 2018, corrigidos conforme art. 4º, - 5º, da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971. Os pagamentos deverão ser realizados, mensalmente, entre o mês subsequente ao mês da primeira revisão tarifária ordinária e o prazo final deste contrato, em parcelas iguais; IX. A Companhia fará jus ao reconhecimento tarifário de 79% do saldo devedor dos empréstimos a pagar, captados até a data-base estabelecida no Edital da Licitação, conforme definição do processo licitatório da concessão de distribuição de energia elétrica associada à transferência de controle da pessoa jurídica prestadora do serviço, realizada nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783/2013 e seus regulamentos, fazendo jus ao reconhecimento tarifário integral do saldo devedor dos empréstimos a pagar, captados após a data-base estabelecida no Edital da Licitação; X. Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e XI. Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes. A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades no cumprimento de indicadores regulatórios ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME. As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraes-

trutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14, e 26, respectivamente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2026. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 31. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: I - Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias: fornecimento de energia elétrica não faturada e provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; II - Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais: valores em constituição que serão contemplados no processo de reajuste/revisão tarifária; III - Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: análise da recuperabilidade dos tributos diferidos; IV - Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão: ativo de contrato; V - Nota explicativa nº 15 - Imobilizado: provisão de vida útil dos ativos; VI - Nota explicativa nº 16 - Intangível: provisão de vida útil dos ativos; VII - Nota explicativa nº 23 - Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal e regulatório: estimativa de perda em processos judiciais; VIII - Nota explicativa nº 27 - Custos e despesas operacionais: provisão de valores referentes à operação de compra e venda de energia elétrica comprada para revenda; IX - Nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciais de riscos: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo; e X - Nota explicativa nº 32 - Benefícios pós emprego: principais premissas atuariais na mensuração dos benefícios pós emprego.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Políticas contábeis materiais:** **a. Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conse-

quinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação; **b. Consumidores e concessionárias** - englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data do encerramento da última leitura e a data das demonstrações financeiras. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração; **c. Ajuste a valor presente** - determinados créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, riscos, moeda, condição de recebimento nas datas das respectivas transações; **d. Tributos a recuperar** - referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que são recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável; **e. Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão; **f. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; **g. Transações com partes relacionadas** - remuneração dos administradores: A remuneração dos administradores, que corresponde ao pessoal-chave da Administração do Grupo, considera cada uma das categorias descritas na IAS 24 (CPC 05 (R1)) - Divulgações de Partes Relacionadas; **h. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** - os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos são contabilizados no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, hipótese em que o tributo diferido é igualmente reconhecido no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização dos ativos fiscais diferidos é revisada ao final de cada exercício social e, quando não for provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis em montante suficiente para permitir a compensação total ou parcial desses ativos, o saldo é reduzido ao valor recuperável. Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia

>>>



ENERGISA ACRE – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 04.065.033/0001-70

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: (i) aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras; (ii) exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração; e, (iii) introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revisados frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 22 municípios do Estado do Acre, e a sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS**5.1. Caixa e equivalentes de caixa**

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	31.629	19.657
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Operações comprorromissadas	-	3.503
Total – circulante	31.629	23.160

5.2. Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Descrição	2025	2024
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	1.280	21.288
Fundos de investimentos	4.066	4.357
Fundos de investimentos exclusivos (1)		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	233	1.094
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	198	43
Compromissadas	28.004	10.583
Fundo multimercado	41.203	2.621
Fundo de renda fixa	197.339	28.670
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	45.682	6.135
Letra Financeira (LF)	43.721	6.451
Nota de Crédito (NC)	530	139
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	7.051	2.026
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	8.403	-
Total (2) – circulante	377.710	83.407

(1) **Fundos de investimentos exclusivos:** Fundos de investimentos exclusivos são estruturados com o objetivo de maximizar a rentabilidade com o menor nível de risco; (2) Inclui R\$1.369 (R\$21.370 em 2024) referente a recursos vinculados ao programa luz para todo, garantias de recebíveis e outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 98,7% (109,6% em 2024) do CDI.

6. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

	Saldos a vencer					Saldos vencidos					Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	181 a 360 dias	360 dias	Há mais de 360 dias	PPECLD (1)	2025	2024			
Valores correntes:												
Residencial	27.035	-	19.671	5.798	371	986	(8.388)	45.473	50.596			
Industrial	949	-	690	334	230	24	(26)	2.201	1.806			
Comercial	11.354	-	4.515	803	73	1.021	(1.164)	16.602	17.076			
Rural	1.618	-	1.923	811	1.351	183	(200)	5.686	6.637			
Poder público	10.715	-	1.025	32	57	42	(52)	11.819	10.473			
Iluminação pública	2.089	-	8	16	-	126	(126)	2.113	2.065			
Serviço público	2.614	-	-	-	-	-	-	2.614	2.518			
Fornecimento não faturado	42.078	-	-	-	-	-	(588)	41.490	45.753			
(-) Arrecadação em processo de classificação	(109)	-	-	-	-	-	-	(109)	(709)			
Valores renegociados:												
Residencial	7.226	62.924	3.554	2.856	3.955	13.726	(59.629)	34.612	33.212			
Industrial	192	1.068	122	110	173	832	(1.399)	1.098	1.465			
Comercial	1.667	5.689	697	461	575	4.005	(7.811)	5.283	5.455			
Rural	749	5.602	324	232	458	1.010	(4.561)	3.814	3.668			
Poder público	1.313	22.994	288	238	-	1.152	(1.391)	24.594	25.895			
Iluminação pública	44	404	4	-	-	-	-	452	492			
Serviço público	12	-	-	-	-	-	-	12	1.242			
(-) Ajuste a valor presente (2)	(274)	(25.825)	-	-	-	-	(26.099)	(24.580)	-			
Subtotal - consumidores	109.272	72.856	32.821	11.691	7.243	23.107	(85.335)	171.655	183.604			
Suprimento de energia (3)	8.232	-	-	-	-	-	-	8.232	11.051			
Outros (4)	1.706	-	-	-	-	1.022	(381)	2.347	3.371			
Total	119.210	72.856	32.821	11.691	7.243	24.129	(85.716)	182.234	197.484			
Circulante								132.522	150.233			
Não circulante								49.712	47.251			

(1) Seguem as variações das perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa:

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 – circulante e não circulante	76.370	141.530
Provisões líquidas constituídas no exercício	21.655	36.614
Baixa de contas de energia elétrica – incobráveis (4)	(12.309)	(101.774)
Saldos em 2025 e 2024 – circulante e não circulante	85.716	76.370
Circulante	64.858	59.397
Não circulante	20.858	16.973

a) A Companhia reconheceu no exercício baixas de títulos incobráveis;

(2) **Ajuste a valor presente (AVP): calculado para os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa de mercado;** (3) **Suprimento de energia:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE;

	2025	2024
Composição do saldo da CCEE		
Créditos a vencer	8.232	11.051
Subtotal créditos CCEE	8.232	11.051
(-) Aquisições de energia na CCEE (5)	-	-
(-) Encargos de Serviços do Sistema - ESS (6)	(251)	(1.134)
Total (débitos) créditos CCEE	(1.218)	6.631

(4) Vide nota explicativa nº 17.

(5) **Outros:** inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	38.215	49.778
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ	59.265	102.962
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	26.023	31.096
Contribuições ao PIS e à COFINS	5.334	8.008
Outros	9.300	9.122
Total	138.137	200.966
Circulante	63.350	93.484
Não circulante	74.787	107.482

8. REAJUSTE, REVISÃO TARIFÁRIA E OUTROS ASSUNTOS REGULATÓRIOS

Conforme Contrato de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

8.1. Reajuste Tarifário Anual: Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.556, de 09 de dezembro de 2025, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 13 de dezembro de 2025, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 11,54%. **8.2. Revisão Tarifária Periódica:** A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos. Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão. **8.3. Bandeiras tarifárias:** A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias. As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia – TE. O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por: • Bandeira Tarifária Verde; • Bandeira Tarifária Amarela; e • Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2. A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo:

Bandeira	Anterior R\$/kWh REH nº 3.051/2022 (1)	Atual R\$/kWh REH nº 3.306/2024 (1)
Verde	-	-
Amarela	2,99	1,89
Vermelha 1	6,50	4,46
Vermelha 2	9,80	7,88

(1) A ANEEL aprovou, em 5 de março de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.306, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de abril de 2024.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	2025	2024
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Amarela	Verde
Junho	Vermelha Patamar 1	Verde
Julho	Vermelha Patamar 1	Amarela
Agosto	Vermelha Patamar 2	Verde
Setembro	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 1
Outubro	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Novembro	Vermelha Patamar 1	Amarela
Dezembro	Amarela	Verde

8.4. Outros assuntos regulatórios – sobrecontratação: O Brasil viveu nos últimos anos uma situação de sobrecontratação de energia generalizada, iniciada em 2016, que afetou grande parte das distribuidoras do país. Esse cenário foi influenciado tanto pelas incertezas no crescimento da demanda, decorrentes de fatores econômicos, quanto pelo aumento das migrações de consumidores cativos para o mercado livre e pela expansão da geração distribuída. Adiciona-se a esses fatores um modelo centralizado de contratação de energia, em que a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo e com pouca flexibilidade. Nesse contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação segue em discussão entre a ANEEL e as Distribuidoras. Os montantes involuntários, necessários para a apuração, foram divulgados pela ANEEL até 2018, por meio do Despacho nº 4.395, de 10 de novembro de 2023. Os resultados conhecidos já foram homologados nos recentes eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2024) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente. No exercício de 2025, não tivemos valores contabilizados na receita operacional bruta – Ativos e passivos financeiros setoriais – constituição e amortização, (R\$11.931 em 2024) e R\$5.982 (R\$3.522 em 2024) de atualização financeira devedora, registrado no resultado financeiro.

9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

	2025			2024		
	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total
Ativos e Passivos setoriais						
Passivo Financeiros Setoriais						
Circulante	22.131	8.154	30.285	8.998	7.456	16.454
Não Circulante	-	37.493	37.493	-	53.933	53.933
	22.131	45.647	67.778	8.998	61.389	70.387
	(22.131)	(45.647)	(67.778)	(8.998)	(61.389)	(70.387)

Saldo líquido dos ativos e passivos

	Receita Operacional				Recbimentos/pagamentos		Saldos em 2025
	Saldos em 2024	Adição	Amortização	Remuneração	Crédito PIS/COFINS	Bandeiras tarifárias (1)	

Itens da Parcela A							
Energia elétrica comprada para revenda	4.399	2.132	4.735	(250)	-	(1.139)	-
Transporte de energia elétrica - Rede básica	20.303	17.358	(11.585)	1.751	-	-	9.877
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	(701)	2.980	537	240	-	-	3.056
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	4.754	(10.648)	(4.214)	13	-	10.004	(91)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	967	24.327	(1.883)	1.605	-	-	25.016
Bandeiras Tarifárias CCRBT (1)	(4.552)	(1.584)	-	-	-	-	(6.136)
Componentes financeiros							
Neutralidade da Parcela A	(1.446)	52.366	1.088	3.601	-	-	55.609
Sobrecontratação de energia	(52.254)	31.528	(25.233)	(4.828)	-	135	(50.652)
Devoluções Tarifárias (2)	(5.317)	(4.126)	5.012	(81)	-	-	(4.512)
Exposição de submercados	(321)	4.470	23	337	-	-	4.509
Garantias financeiras	177	189	(156)	22	-	-	232
Saldo a compensar	(817)	(295)	778	-	-	-	(334)
Outros itens financeiros (3)	(35.579)	(24.417)	41.086	(2.019)	-	-	(111.250)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(70.387)	94.280	10.188	391	-	9.000	(111.250)

	Receita Operacional				Recbimentos/pagamentos		Saldos em 2025
	Saldos em 2023	Adição	Amortização	Remuneração	Crédito PIS/COFINS	Bandeiras tarifárias (1)	

Itens da Parcela A							
Energia elétrica comprada para revenda	2.250	4.033	(2.276)	392	-	-	4.399
Transporte de energia elétrica - Rede básica	5.242	19.079	(5.248)	1.230	-	-	20.303
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	(1.492)	(698)	1.530	(41)	-	-	(701)
Encargo de serviços de sistema ESS	4.362	6.666	(1.594)	76	-	(4.756)	4.754
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	5.159	(383)	(4.116)	307	-	-	967
Bandeiras Tarifárias CCRBT (1)	-	(4.552)	-	-	-	-	(4.552)
Componentes financeiros							
Neutralidade da Parcela A	(5.213)	(587)	4.851	(497)	-	-	(1.446)
Sobrecontratação de energia	1.332	7.455	(48.074)	(3.083)	-	(9.884)	(52.254)
Devoluções Tarifárias (2)	(3.753)	(5.072)	3.612	(104)	-		

>>>



ENERGISA ACRE – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 04.065.033/0001-70

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela Energisa S/A, que detém 99,76% do capital total. Transações com partes relacionadas efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (despesas)/projetos	Compartilhamento (despesas)	Disponibilidade de sistema (despesa)	Comissão de fiança e debêntures (despesas financeiras)	Saldo a receber (pagar)	Saldo a pagar aval, fiança e debêntures
Energisa S/A (1)	(18.702)	(5.143)	-	(58.119)	(3.820)	(594.815)
Energisa Soluções S/A (4 e 7)	(642)	-	-	-	(233)	-
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A (4)	(2.684)	-	-	-	(4.272)	-
Multi Energisa Serviços S/A (3)	(4.020)	-	-	-	(654)	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	-	(94)	-	-	(1)	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	(17)	-	-	(5)	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	(3.613)	-	-	(241)	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	84	-	-	1	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	(152)	-	-	(34)	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	-	(838)	-	-	(75)	-
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A	-	(77)	-	-	(7)	-
Energisa Rondônia - Distribuição de Energia S/A	-	56	-	-	2	-
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	-	(770)	-	-	(72)	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A (6)	-	3	(111)	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (6)	-	4	(95)	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A (6)	-	3	(95)	-	-	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (6)	-	7	(174)	-	-	-
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A (6)	-	3	(48)	-	-	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A (6)	-	-	(2)	-	-	-
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A (6)	-	-	(14)	-	-	-
Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A (6)	-	-	(7)	-	-	-
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A (6)	-	3	(332)	-	-	-
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A (6)	-	10	(381)	-	-	-
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A (6)	-	13	(121)	-	-	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	-	1	-	-	-	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	-	1	-	-	-	-
Companhia de Gás do Espírito Santo – ES Gás	-	4	-	-	-	-
Voltz Capital S/A (8)	-	4	-	-	1	-
2025	(26.044)	(10.512)	(1.380)	(58.119)	(9.410)	(594.815)
2024	(28.600)	(10.435)	(562)	(45.749)	(7.761)	(568.549)

(1) Em 29 de março de 2022 foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022; (2) A Companhia efetuou a 1ª, 2ª, 4ª e 5ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 2025 o valor atualizado é de R\$594.540 (R\$568.549 em 2024). Custo do contrato de comissão de aval e fiança, iniciado em maio de 2025, de garantias da controladora Energisa S/A para contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 0,95% a.a. para aval e taxa a razão de 0,15% a.a. para fianças. O montante a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$275; (3) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas:** referem-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado

Método de Cálculo	Restricted Shares Programa:			Performance Shares Programa:			Concessão de Ações Extraordinário Programa:			Concessão de Ações Matching - Líderes Programa:		
	6º	7º	8º	6º	7º	8º	7º	8º	7º	8º	8º	
Monte Carlo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Último pregão	
Total de opções de ações (units) outorgadas	5,394	8,049	10,510	5,394	8,049	10,510	1,831	3,270	1,092	1,323	1,323	
Opções de ações (units) prescritas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Data de aprovação do Conselho de Administração	12/05/2022	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2025	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2025	
Data de início vesting	13/05/2022	11/12/2023	18/05/2024	12/05/2025	30/10/2023	09/05/2024	12/05/2025	18/05/2024	01/06/2024	12/05/2025	12/05/2025	
Prazo de carência	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	
Taxa de juros livre de risco	12,55%	N/A	N/A	N/A	11,09%	13,47%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2025	N/A	N/A	N/A	DI1J2026	DI1J2027	DI1J2028	N/A	N/A	N/A	N/A	
Volatilidade (1)	34,88%	N/A	N/A	N/A	27,28%	26,73%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Valor justo na data da outorga	R\$37,90	R\$51,75	46,79	45,05	R\$44,11	48,56	41,38	46,79	45,05	45,71	45,05	
Movimentação	Encerrado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	

(1) Volatilidade e correlação entre os preços de ação da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (Índice de Energia Elétrica e seus pares) para o Total Shareholder Return TSR foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa. Em 20 de maio de 2025 foram assinados os termos de quitação e ciência do 5º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de units previstos no programa, em decorrência do não atingimento do Fator de Desempenho contratado. Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 2025. Devido às características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para o exercício. Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a empresa apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pró rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações (units). No exercício de 2025, foram contabilizados R\$231 (R\$55 em 2024) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 2025 é de R\$1.740 (R\$1.509 em 2024).

12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

A Companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidas nas demonstrações financeiras no montante de R\$46.643 em razão da ausência de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização no horizonte de projeção considerado.

	2025	2024
Ativo		
Prejuízo fiscal	156.996	164.104
Base negativa da Contribuição Social	56.836	59.424
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	31.340	28.797
Contribuição Social	11.282	10.367
Total – ativo não circulante	256.454	262.692
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	(11.204)	(25.853)
Contribuição Social	(4.034)	(9.307)
Total – passivo não circulante	(15.238)	(35.160)
Total líquido - ativo não circulante	241.216	227.532

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	2025		2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativos e Passivos				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	628.917	213.832	657.435	223.528
Provisão para perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa - PPECLD	85.716	29.143	76.370	25.966
Ajuste a valor presente (AVP)	26.099	8.874	24.580	8.357
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	9.656	3.283	8.801	2.992
Provisões para contingências judiciais e administrativas	3.887	1.322	5.441	1.849
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(20.883)	(7.100)	(11.545)	(3.925)
Provisão IRPJ e CSLL sobre encargos capitalizados	(23.934)	(8.138)	(20.546)	(6.986)
Instrumentos financeiros - empréstimos	-	-	(12.909)	(4.389)
Marcação a Mercado - derivativo	-	-	(46.680)	(15.871)
Outras diferenças temporárias	-	-	(11.732)	(3.989)
Total líquido - ativo não circulante	709.458	241.216	669.215	227.532

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

	Realização dos créditos fiscais	
2026	9.318	
2027	17.242	
2028	20.271	
2029	28.556	
2030	33.258	
2031 a 2032	95.642	
Após 2032	52.167	
Total	256.454	

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	42.472	108.999
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(14.440)	(37.060)
Ajustes:		
Incentivo fiscal – Redução 75% IRPJ e adicionais (1)	10.074	-
Incentivo fiscal – Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica (2)	1.622	-
Incentivo fiscal – Outros (3)	1.442	-
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(181)	(388)
Créditos tributários líquidos constituídos no exercício	-	118
Reconhecimento de débitos tributários e outros (4)	(2.200)	5.616
Juros Selic sobre recuperação de débitos tributários (4)	(249)	666
Outros Ajustes	(177)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(4.109)	(31.048)
Alíquota efetiva	9,67%	28,49%

(1) Em de 2021, a Companhia obteve aprovação junto a SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia do seu pedido de benefício fiscal, para o período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2030, através do Laudo Constitutivo nº 018/2021 expedido em 29 de julho de 2021, bem como o reconhecimento pela Receita Federal do Brasil, através do Ato Declaratório Executivo VR 02RF DEVAT/EBEN nº 202, de 30 de novembro de 2021, que consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. (2) Referem-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005; (3) Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), doações/patrocínios culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006; Em 2025 incluí os efeitos do incentivo fiscal do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), cuja dedução em dobro está prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, em consonância com os entendimentos consolidados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nos Pareceres SEI nº 268/2023/MF e nº 1.506/2024/MF. (4) **Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros SELIC sobre débitos tributários:** A Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (SELIC) recuperados em face de débitos tributários - caracterizados como "indenizatórios", por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal. Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre débitos tributários caracterizados como "indenizatórios", por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021. **Pat em dobro/Custo de Debêntures:** Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como à adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977.

pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual; **Serviços de informática e licenciamento de softwares:** contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$31.929, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) serviços de infraestrutura de TI (tecnologia da informação) e contigência; (ii) serviços de segurança cibernética e compliance; (iii) licenciamento e manutenção de sistemas comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) serviço de implantação de sistemas e prestação de serviços de suporte em sistemas comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) licenciamento e manutenção sistemas ERP; (vi) serviço de implantação de sistemas e (vii) prestação de serviços de suporte em sistemas ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022; (6) Referem-se a serviços de manutenção de linhas, substações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários; (7) Refere-se à prestação de serviços especializados em Call Center e suporte a TI, a qual foram submetidos à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários; (8) Refere-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão; (9) **Contrato de prestação de serviços:** refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho ANEEL nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02 de setembro de 2022 e vencimento em 02 de setembro de 2027; (8) Serviços de arrecadação de valores relativos a Produtos/Serviços de Parceiros e Parcelas de Dívidas na fatura de energia elétrica.

Remuneração dos administradores

	2025	2024
Remuneração anual (1)	3.803	3.608
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	178	174
Remuneração da Diretoria	1.660	1.521
Outros benefícios (2)	946	1.067

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2025 foi aprovado na AGO de 24 de abril de 2025; (2) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, plano de saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2025, foram de R\$72 e R\$2 (R\$66 e R\$2 em 2024), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2025 foi de R\$17 (R\$16 em 2024). **Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP):** A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento foi aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações (units) em andamento: (i) 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de Restricted Shares (Matching), iniciado em dezembro de 2023 e o segundo Performance Shares, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2026, (ii) o 7º Programa, que se divide em quatro, sendo três de Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes) e o quarto de Performance Shares, ambos iniciados em maio de 2024, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2027 e (iii) 8º Programa, que se divide em cinco, sendo três de Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes) e dois de Performance Shares, ambos iniciados em maio de 2025, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2028. O 6º, 7º e 8º Programas de Performance Shares são associados às condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa. O 6º, 7º e 8º Programas de Restricted Shares são associados ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de units ENGI11 e, após o período de vesting, caso não tenha ocorrido nenhuma movimentação nas units por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de units compradas (1:1), ou seja, para 1 unit (uma) unit adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) unit, adicionadas das units extraordinárias para os beneficiários elegíveis. Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

13. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL DA CONCESSÃO

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o exercício e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEEL. A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$9.343 (R\$7.396 em 2024). Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023 – não circulante	190.290	131.469
Adições no exercício (1)	63.038	51.500
Baixas no exercício	(48)	(75)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão (2)	9.343	7.396
Saldos em 2025 e 2024 – não circulante	262.623	190.290

(1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção para o ativo financeiro indenizável da concessão; (2) Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. ATIVO CONTRATUAL – INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	Transferências					
	Saldos em 2024	Adição	Intangível - contrato de concessão (1)	Ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Outros (1)	Saldos em 2025
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	388.629	292.038	(413.937)	(63.038)	(862)	202.830
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em construção	11.062	232.051	(224.188)	-	-	18.925
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	377.567	59.987	(189.749)	(63.038)	(862)	183.905

>>>

**ENERGISA ACRE – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**

CNPJ nº 04.065.033/0001-70

Trabalhista: Os processos trabalhistas discutem principalmente verbas contratuais/legais, bem como ações envolvendo subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas rescisórias referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados. **Cível:** Os processos cíveis discutem principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia, danos elétricos, suspensão de fornecimento, cobrança por irregularidade e ligação nova. **Fiscal:** A Companhia mantém provisões de riscos tributários que eram atualizados pela SELIC cujos prazos de exigibilidade entraram em prescrição ao longo de 2024, possibilitando assim a baixa da provisão. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. **23.2. Perdas possíveis:** A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível, fiscal e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. Segue demonstrativo das movimentações com as perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Ambiental	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	2.628	17.069	175.916	1.190	196.803	243.430
Novos processos	-	-	49.921	-	49.921	1.272
Mudança de prognósticos e valor pedido	1.859	225	93.766	-	95.850	17.543
Encerramento de processos	(1.174)	(1.140)	-	-	(2.314)	(90.059)
Atualização monetária	460	741	33.760	52	35.013	24.617
Saldos em 2025 e 2024	3.773	16.895	353.363	1.242	375.273	196.803

Abaixo apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis: **Trabalhista:** As ações judiciais de natureza trabalhista, têm majoritariamente discussões sobre verbas contratuais/legais, além de processos envolvendo responsabilidade subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados. **Cível:** As ações judiciais de natureza cível, em sua grande maioria estão relacionadas a discussões sobre valor de conta de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais, suspensão do fornecimento, irregularidades nos aparelhos de medição, interrupção de fornecimento, cobrança indevida, entre outros. **Fiscal:** As ações de natureza fiscal referem-se basicamente a discussões sobre: (i) diferença na base de cálculo do ICMS da venda de energia elétrica medida para a classe do poder público. Aparentação fiscal relativa a agosto a dezembro de 2012, (ii) apropriação indevida dos créditos referentes ao ativo permanente referente ao exercício 2012. **Principais Processos:**

Processo	Tipo	Objeto	2025	2024
39910/2020	Auto de Infração	Processo envolve questões relacionadas a supostas incorreções no cálculo de ICMS e utilização de créditos fiscais no tocante a: i) apuração dos estornos referentes à aquisição de óleo diesel para fins de produção de energia elétrica, parcela isenta, perda de energia e diferença de valor de venda; ii) incongruência dos valores correspondentes a provisão e compensação do diferencial de alíquota mensalmente apurado; iii) não homologação cancelamentos realizados pelo contribuinte; iv) diferença da base de cálculo em relação à energia produzida e efetivamente vendida ao consumidor final. Processo teve o prognóstico alterado após reavaliação de risco realizada pelo consultor jurídico.	86.545	-
11.314/2018 (2018/81/46743)	Auto de Infração	Discute questões relacionadas à cobrança de diferença de base de cálculo, diferencial de alíquota, livro CIAP e estorno de crédito de óleo diesel.	74.650	65.489
15.022	Auto de Infração	Auto de Infração lavrado pelo Estado do Acre, envolvendo discussão sobre: (i) diferença na base de cálculo de ICMS (tarifa homologada Anel) e (ii) não homologação de créditos dos cancelamentos do convênio. 30/04, créditos de CIAP e créditos DIFAL referente ao exercício de 2020.	32.888	-
2535/2002-3842/2011	Auto de Infração	Processo relacionado a discussão sobre multa de mora envolvendo crédito de ICMS liquidado em 06/12/2005, conforme termo de compromisso.	33.198	29.123
2019/81/33314 (AI 12.097)	Auto de Infração	Lavrado pelo Estado do Acre que formaliza lançamento de crédito tributário de ICMS por "recolhimento a menor de ICMS em relação ao exercício de 2015 decorrente de apropriação indevida de créditos fiscais, diferença na base de cálculo das operações de venda de energia elétrica e recolhimentos mensais inferiores ao devido". De acordo com a fiscalização, a Contribuinte incorreu nas seguintes ocorrências: (i) estornos de créditos de ICMS do Óleo Diesel; (ii) parcela isenta (inc. I do art. 35 da LCE 55/1997); (iii) perda de energia (inc. IV do art. 35 da LCE 55/1997); (iv) valor de venda inferior ao custo de aquisição (inc. V do art. 35 da LCE 55/1997); (v) valor referente a provisão (débito) e compensação (crédito) do diferencial de alíquota; (vi) não homologação da totalidade dos cancelamentos conforme ocorrências verificadas e previstas no § VIII da cláusula primeira do Convênio ICMS nº30/2004, pela verificação de créditos prescritos (§1º do art. 33 da LCE 57/1997), situações que impedem a manutenção de tais créditos fiscais na escrituração do contribuinte; (vii) diferenças na base de cálculo em relação a energia elétrica efetivamente vendida ao consumidor final; e (viii) diferença de ICMS a recolher para o exercício de 2015. A controlada apresentou impugnação em 20 de setembro de 2019.	53.431	46.874

24. OUTROS PASSIVOS

	2025	2024
Adiantamento de consumidores	5.143	7.791
Ressarcimento 50% AIC – AXIA Energia (Eletrobras) ⁽¹⁾	4.544	14.358
Bônus de redução voluntária do consumo	238	250
Retenção de caução contratual empreiteiras	11.156	8.806
Outras	3.454	2.985
Total	24.535	34.190
Circulante	12.750	18.738
Não circulante	11.785	15.452

⁽¹⁾ **Ressarcimento Ativo Imobilizado em curso - AIC – AXIA Energia (Eletrobras):** corresponde a obrigação de ressarcimento prevista no edital do processo de desestatização nº 2/2018-PPI/PND, cujo montante foi Ressarcimento Ativo Imobilizado em curso - AIC – Eletrobras – corresponde a obrigação de ressarcimento prevista no edital do processo de desestatização nº 2/2018-PPI/PND, cujo montante foi estabelecido em 50% do Ativo Imobilizado em Curso – AIC não depreciados, constituídos até fevereiro de 2017 e devidamente homologados na Nota Técnica nº 220/2020-SFF/ANEEL. Os valores foram contratados para pagamento em 60 parcelas atualizadas pelo índice de 111% da SELIC com previsão de encerramento em 30/09/2026. No exercício houve reconhecimento de R\$1.154 (R\$2.210 em 2024) de atualização em outras despesas financeiras na demonstração de resultado. Segue a movimentação:

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	14.358	23.795
Pagamento	(10.968)	(11.647)
Atualização Financeira	1.154	2.210
Saldos em 2025 e 2024	4.544	14.358
Circulante	4.544	8.049
Não Circulante	-	6.309

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$878.399 (R\$876.971 em 2024) e está representado por 1.304.425.543 (1.304.425.543 em 2024) ações ordinárias, todas sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2025, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$1.428, passando o capital de R\$876.971 para R\$878.399, sem a emissão de novas ações e não implicando na alteração do valor nominal das ações atualmente existentes, mediante a capitalização do saldo da reserva de capital de incentivos fiscais – reinvestimento SUDAM relativo ao calendário AC 2021 referente ao incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda, em conformidade com as obrigações exigidas pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). **25.2. Reservas de Capital:**

	2025	2024
Transações entre sócios ⁽¹⁾	(42.385)	(42.385)
Outras reservas de capital ⁽²⁾	725.226	1.289.767
Reserva de Incentivos fiscais - Reinvestimento	-	1.428
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽³⁾	1.740	1.509
Total	684.581	1.250.319

⁽¹⁾ Refere-se valor de ressarcimento à Eletrobras, previsto no edital do processo de desestatização nº 2/2018-PPI/PND, cujo montante foi estabelecido em 50% do Ativo Imobilizado em Curso – AIC não depreciados, constituídos até fevereiro de 2017 e devidamente homologados na Nota Técnica nº 220/2020-SFF/ANEEL. (Nota explicativa nº 24); ⁽²⁾ Absorção de prejuízos com reservas de acordo com AGOE de 24 de abril de 2025 e Aumento de capital com reversas de acordo com a AGOE de 24 de abril e AGE de 16 de dezembro de 2024, respectivamente, detalhado na nota explicativa 25.1; ⁽³⁾ Inclui o montante de R\$231 (R\$55 em 2024) referente ao Programa Remuneração Variável implementado de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), nota explicativa nº 11. **25.3. Reserva de lucros – reserva legal:** Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **25.4. Reserva de lucros – reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/reinvestimentos):** A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Norte, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo nº 635, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda). Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo da SUDAM nº 114/2014 - Ato Declaratório Executivo nº 17 – DRF/CBA de 02 de fevereiro de 2015, que impôs algumas obrigações e restrições: (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas; (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE; (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia. A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda). No exercício de 2025 a Companhia apurou R\$10.074 de redução de imposto de renda e adicionais. Em 2024 foram apurados R\$1.649 referente ao Incentivo fiscal de Reinvestimentos, correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de 50% de Recursos Próprios. **25.5. Dividendos:** O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários. A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	38.363	38.363
Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/reinvestimento)	(10.074)	(10.074)
Reserva legal (5%)	(1.918)	(1.918)
Lucro líquido ajustado	26.371	26.371
Dividendos obrigatórios (25%)	6.593	6.593
Dividendos a pagar – R\$ 0,005054805 por ação ordinária	6.593	6.593
Dividendos adicionais propostos - R\$ 0,015164416 ação ordinária ⁽¹⁾	19.778	19.778
Total dos dividendos	26.371	26.371
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

⁽²⁾ Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.

25.6. Outros resultados abrangentes: Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis. Segue a movimentação realizada nos exercícios:

	2025	2024
Saldo em 2024 e 2023	(325)	(343)
Ganho e perda atuarial – benefícios pós-emprego	135	18
Saldo em 2025 e 2024	(190)	(325)

26. RECEITA OPERACIONAL

	2025			2024		
	Nº de consumidores ⁽¹⁾	MWh ⁽¹⁺²⁾	R\$ consumidores ⁽¹⁾	Nº de consumidores ⁽¹⁾	MWh ⁽¹⁺²⁾	R\$
Residencial	266.359	638.304	608.442	255.245	660.652	656.724
Industrial	380	18.343	21.327	319	22.155	23.705
Comercial	22.492	185.258	198.393	22.492	209.450	223.228
Rural	16.215	38.621	41.033	16.983	43.358	46.613
Poder público	3.700	138.092	122.128	3.474	140.438	123.252
Iluminação pública	486	40.214	24.472	308	45.560	27.612
Serviço público	238	35.661	25.940	239	45.978	33.085
Consumo próprio	71	2.230	-	72	2.399	-
Subtotal	309.941	1.096.623	1.041.735	299.132	1.169.990	1.134.219

	2025			2024		
	Nº de consumidores ⁽¹⁾	MWh ⁽¹⁺²⁾	R\$ consumidores ⁽¹⁾	Nº de consumidores ⁽¹⁾	MWh ⁽¹⁺²⁾	R\$
Suprimento de energia a concessionárias	-	96.964	46.267	-	305.018	36.248
Fornecimento não faturado líquido	-	(2.990)	(4.423)	-	(893)	8.587
Disponibilidade do sistema de distribuição	183	-	60.943	124	-	58.001
Receita de construção da infraestrutura ⁽³⁾	-	-	64.235	-	-	556.868
Penalidades regulatórias	-	-	(5.391)	-	-	(4.641)
Valor justo ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	9.343	-	-	7.396
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	104.468	-	-	(9.501)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	91.538	-	-	60.446
Outras receitas operacionais	-	-	8.250	-	-	4.280
Total - receita operacional bruta	310.124	1.190.597	1.416.965	299.256	1.474.115	1.851.903
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	186.628	-	-	199.871
PIS	-	-	19.049	-	-	18.002
COFINS	-	-	87.740	-	-	82.916
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	3.839	-	-	3.576
Encargos de consumidor – PROCEL	-	-	1.128	-	-	894
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	77.521	-	-	84.023
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&DE	-	-	1.919	-	-	1.788
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	-	-	2.083	-	-	1.788
Ministério das Minas e Energia – MME	-	-	1.047	-	-	894
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	-	-	1.719	-	-	1.554
Total - deduções da receita operacional	-	-	382.673	-	-	395.306
Total - receita operacional líquida	310.124	1.190.597	1.034.292	299.256	1.474.115	1.456.597

⁽¹⁾ Informações não examinadas pelos auditores independentes. ⁽²⁾ MWh: refere-se ao mercado cativo, sem a parcela compensada de MMGD do tipo II/III. ⁽³⁾ **Receita de construção da infraestrutura:** está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores, são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custo do serviço			Despesas operacionais Gerais e administrativas		Total	
	Com energia elétrica	De prestação a terceiros	Operação	2025	2024	2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda	390.009	-	-	390.009	380.246	-	-
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	144.901	-	-	144.901	61.909	-	-
Pessoal e administradores	-	58.510	-	21.234	79.744	72.479	-
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	231	231	55	-
Benefícios pós emprego	-	1.194	-	643	1.837	1.606	-
Material	-	11.294	729	5.778	17.801	14.345	-
Serviços de terceiros	-	90.344	-	38.056	128.400	93.666	-
Amortização e depreciação	-	106.974	-	11.227	118.201	85.479	-
Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PPECLD	-	21.522	-	21.522	36.614	-	-
Provisão para riscos trabalhista, cível e ambiental	-	-	-	2.547	2.547	2.238	-
Custo de construção da infraestrutura	-	-	64.235	-	64.235	556.868	-
Outros	-	(82.553)	11	(5.047)	(87.589)	(27.086)	-
Total	534.910	207.285	64.975	74.669	881.839	1.278.419	

	MWh ⁽¹⁾		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Energia de leilão ⁽²⁾	1.145.723	1.257.150	292.727	241.476
Energia bilateral	25.074	223.621	102.223	480.152
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12	42.150	42.566	12.460	14.238
Energia de curto prazo - CCEE ⁽³⁾	5.079	-	52.979	36.704
Cotas Garantia Física - Resolução Homologatória nº 1.410	179.470	175.199	42.827	34.463
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	29.290	26.943	14.603	11.462
Reembolso CCC	-	-	(96.346)	(410.332)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(31.464)	(27.917)
Total	1.426.786	1.725.479	390.009	380.246

⁽¹⁾ Informações não examinadas pelos auditores independentes. ⁽²⁾ Em 2025 inclui o valor de R\$56.109 (R\$2.497 em 2024) de créditos relacionados a geração distribuída. ⁽³⁾ Inclui demais custos sendo: os efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia de leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear, exposição de cota Itaipu, Encargos de Serviços de Sistema – ESS e Encargos de Energia de Reserva – EER.

28. OUTROS RESULTADOS

	2025	2024
Outras receitas:		
Ganhos na desativação de bens e direitos	6.468	1.410
Ajuste de Inventário	416	1.529
Total	6.884	2.939

	2025	2024
<		

